

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS  
08:00 HORAS.

---

ATA Nº 100 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA  
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO BENEDITO PINTO (AD HOC)  
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO CARLOS BRITO (AD HOC)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido os nobres Deputados Benedito Pinto e Carlos Brito a assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS BENEDITO PINTO E CARLOS BRITO ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - "Requerimento de autoria do Deputado Nico Baracat ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva:

Eu, Nico Baracat, Deputado Estadual, componente da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, venho à honrosa presença de V. Exª para, nos termos do Artigo 145, inciso I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requerer licença para tratar de assunto de interesse particular, sem ônus para esta Casa, pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias.

Termos em que peço e espero deferimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.

Deputado NICO BARACAT."

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Presidente, eu ocupo esta tribuna no dia de hoje para complementar um assunto que iniciei no dia de ontem, que é esta verdadeira guerra do transporte coletivo, estabelecida em relação aos Municípios de Cuiabá e Várzea Grande.

Quero aqui dizer que, ontem, cobrei desta tribuna o exercício da autoridade pública para garantir a normalidade do sistema e, mais do que isso, para garantir a segurança da nossa população. Hoje, vi que o Governador Dante de Oliveira tomou providências - o que, aliás, era sua obrigação fazer, por delegação de lei -, e levou a efeito a apreensão de alguns ônibus na Capital.

Nós precisamos deixar claros alguns aspectos. De maneira alguma este Deputado, qualquer outro Deputado desta Casa ou o Governador Dante de Oliveira seriam contra a melhoria do transporte coletivo do vizinho Município de Várzea Grande.

É bom lembrar que tanto Cuiabá quanto Várzea Grande, e os demais Municípios deste País, têm tempo de mandato simultâneo - o mesmo tempo de mandato que temos em Cuiabá, na Prefeitura da Capital, se tem em Várzea Grande. E o sistema de Cuiabá se preparou, se adequou, tomou uma série de medidas, muitas delas duras e amargas, para ter o seu sistema de transporte organizado e funcionando, ainda não da forma que, com certeza, a Prefeitura ou nós gostaríamos que a população tivesse, mas está muito melhor que outrora.

É inadmissível que, agora, qualquer município - no caso, hoje, Várzea Grande -, alegando a sua organização, a sua melhoria no transporte, que já poderia ter ocorrido, já que essa administração tem quase três anos, venha comprometer o sistema de transporte de Cuiabá. Nós temos que ter pela população de Várzea Grande o mesmo respeito que temos pela população de Cuiabá, mas muito esforço foi feito para que atingíssemos o estágio atual do sistema integrado de transporte na Capital. E a Prefeitura vizinha despejou quarenta e nove ônibus no sistema da Capital, um sistema integrado, e com esses ônibus circulando à margem do sistema, nesses dias de trânsito, Sr. Presidente, ficaram comprometidos 50% do número de usuários nos terminais de integração. Isso, com certeza, causará prejuízos. E se essa situação prevalecesse, causaria prejuízos, inclusive com o aumento da tarifa, porque, ao calcular a tarifa do transporte coletivo, aplica-se o índice denominado IPK, que é o Índice de Passageiros transportados por Quilômetro quadrado. Portanto, quanto mais passageiros contabilizados na catraca dos coletivos, mais é socializado o custo da tarifa. Se tivermos esse volume de ônibus circulando à margem do sistema, nós vamos ter uma evasão de usuários e, portanto, a tendência é a passagem, a tarifa aumentar de preço.

Há alguns dias o Prefeito da Capital, Roberto França, foi veemente ao não conceder o aumento tarifário solicitado pelas empresas. E quero aqui alertar que tudo isso, no fundo, pode ser uma manobra, não só para a implantação da empresa lá no Município de Várzea Grande, como também para buscar o aumento da tarifa.

Se o Prefeito Roberto França teve as suas razões para não conceder aumento de tarifa, temos que acreditar que é possível não fazê-lo. Portanto, não será essa baderna que está instalada... E é baderna sim, porque a guerra empresarial, das empresas do setor, tem que ser travada na mesa da licitação pública, sentar lá e se habilitar, ir lá e disputar, dentro da lei, da legalidade, a concessão pública para, então, explorar os serviços. Essa guerra não pode se verificar de forma literal, dando tiro em ônibus, jogando pedra em ônibus, porque eu quero aqui perguntar: Se esse tiro, se essa pedra atingir o usuário, atingir o passageiro, quem vai ser o responsável? As empresas que estão operando na clandestinidade? O Prefeito Jaime Campos, que determinou que assim fosse, fazendo com que esses ônibus invadissem Cuiabá?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.**

---

Ora, Senhores, não estamos aqui para entrar na polêmica política, estamos aqui para discutir a necessidade da organização, como um todo, do sistema. Portanto, defendemos aqui a urgente implantação do aglomerado urbano, porque nele há essa concepção do transporte, com a criação da câmara setorial de transporte. Eu entendo, no entanto, que até que isso ocorra - agora, finalmente, as câmaras municipais dos dois municípios dão prosseguimento a um trabalho que já vínhamos desenvolvendo quando éramos Vereador, Sr. Presidente -, a solução neste instante de conflito é que prevaleça a autoridade da lei, independente de quem seja o Governador, ou contra quem quer que seja.

O DVOP tem a responsabilidade do transporte intermunicipal, e qualquer ato que advier da sua missão será cobrado, com certeza, não só pela Prefeitura de Cuiabá, mas será cobrado por qualquer cidadão e por nós aqui desta tribuna. Então, se o Governador determina a ação, determina porque também é obrigação que assim seja, porque é imperativo legal.

De outro lado, se lá em Várzea Grande há problema de transporte coletivo, esses novos ônibus têm que ter garantida, dentro da legalidade, a sua circulação, para que eles não passem de discurso, para que a população de Várzea Grande compreenda que...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Esta Presidência informa que o tempo de V.Ex<sup>a</sup> encontra-se esgotado.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, eu pediria um minuto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo um minuto.

O SR. CARLOS BRITO - É preciso compreender que dos sessenta ônibus que estão aí sendo falados, apenas onze circulam no Município de Várzea Grande, quarenta e nove estão trafegando dentro de Cuiabá, comprometendo o sistema da Capital.

Portanto, é inadmissível! Não podemos fazer vistas grossas a essa situação. Queremos que seja regularizado o transporte em Várzea Grande. Aquele povo está há três anos esperando uma solução, e nós queremos que cheguem até eles as condições de transporte que hoje existem em Cuiabá, para que, assim, possa efetivamente ser implantada a câmara setorial.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que defendo a posição que já apresentei ao Sr. Governador e ao Presidente do DVOP - e já tive a oportunidade de conversar com o Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá e com os Vereadores de Várzea Grande para que seja imediatamente celebrado um convênio. Hoje, eu vi o Sr. Carlos Novelli falando na televisão sobre um convênio para que se possa ter uma gestão compartilhada entre o DVOP e as Prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande, para que possamos ter a câmara setorial, a paz no sistema. Desta forma, do jeito que está hoje, é preciso, sim, agir com energia e com autoridade, deixando as picuinhas políticas de lado, porque a ameaça já chegou à segurança física da população, e isso é inadmissível! E se há irregularidades, que todas elas sejam apuradas, para que todos tenham condições iguais, mas lá na mesa de licitação pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me fazer uma queixa, um choro, dando continuidade àquela reunião das Bancadas de Oposição com a Presidência desta Casa, e me dirigir, em apelo, ao Líder do Governo, porque, Deputado Riva, há cerca de cinco meses, no início da Legislatura, nós entramos com uma proposta de Emenda Constitucional que altera os critérios de distribuição do ICMS pertencente aos municípios, é o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.**

---

chamado ICMS Ecológico. Demorou um certo tempo para ser nomeada a Comissão Especial que examina a proposta de Emenda Constitucional, e desde quando nós assumimos a Presidência desta Comissão, por uma concessão e gentileza da maioria - à qual eu agradeço, já o fiz e faço novamente -, concebemos uma estratégia, porque nós não poderíamos submeter à votação um assunto de tal grandeza sem fazer um esclarecimento para os membros da Comissão, sem promover debates públicos, sem consultar o Governo, desde o Governador, o Secretário de Meio Ambiente, o Secretário de Fazenda, que é fazer reuniões sucessivas com eles, tanto públicas quanto privadas, conversar com o Sr. Governador Dante de Oliveira e lhe oferecer a oportunidade de examinar os termos da proposta de Emenda Constitucional e o Projeto de Lei Complementar a que se seguirá.

Depois de todo esse esforço, quando o Relator, Deputado Amador Tut, ofereceu o seu relatório e o seu voto à Comissão Especial, o nobre Líder do Governo pediu um tempo para consultar o Governo - o Governo que já foi sucessivamente consultado. Como eu confio na boa fé do Deputado Rene Barbour, eu imagino que ele esteja realmente consultando o Governo, mas nós não podemos conceber que essa consulta, feita formalmente agora pela Liderança do Governo, ultrapasse um certo tempo, porque senão ela pode parecer uma manobra dilatória, uma manobra para dizer que concorda e não concorda, porque não se tem coragem de falar que discorda, o que é inaceitável, tanto da parte do Deputado Rene Barbour, quanto da parte do Governo Dante de Oliveira. Se não concordam, falem, não há problema! Nós da Oposição estamos cansados de nos vermos derrotados aqui, inclusive em proposições com as quais o Governo concorda, mas que não quer dar o mérito para a Oposição. Como este Governo muito provavelmente não vai ter ousadia e nem coragem de alterar os critérios, aqueles que convivem no interior do Governo e conhecem a dinâmica da Secretaria de Fazenda sabem por que ele tem medo de mexer neste vespeiro, não só por razões políticas, mas por razões metodológicas e por razões fiscais, eu não acredito que ele se arrogue o direito de mandar uma proposta de Emenda Constitucional alternativa.

Então, dito isso, Deputado Rene Barbour, Líder do Governo, eu clamo a V.Ex<sup>a</sup> que apresse o seu Governo a oferecer um parecer. Hoje, na medida em que eu consultei V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> não tem ainda a opinião do Governo...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...eu vou mandar cancelar a reunião da Comissão Especial, porque o parecer já está dado, o voto do Relator está dado, e nós sobrestamos, de acordo com a vista concedida a V. Ex<sup>a</sup>...

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. GILNEY VIANA - ...Deputado, eu respeito todas as iniciativas que há aqui, inclusive as do Governo, e acho que o Governo tem toda liberdade de oferecer sua opinião contra ou a favor, do jeito que ele quiser aqui. Agora, ele não tem o direito de postergar uma decisão desta qualidade, mesmo porque uma Emenda Constitucional depende de um consenso, depende de uma ampla maioria. Não há risco de que quaisquer manobras da Oposição possam atropelar a maioria do Governo. Eu estou reclamando apenas que o Governo se comporte dignamente no procedimento, e isso não é pedir demais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou portador dos ofícios em resposta aos requerimentos aprovados por esta Casa, pedindo informações ao Governo: Ofícios n<sup>os</sup> 1013, 1012, 986, 1011, 990, 991, 987 e 992, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta aos Requerimentos de Informação n<sup>os</sup> 118, 122, 53, 148, 154, 156, 157 e 158, do Deputado Zé Carlos do Pátio; Ofícios n<sup>os</sup> 1036 e 1052, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta aos Requerimentos de Informação n<sup>os</sup> 149 e 143/99, da Deputada Serys Slhessarenko; Ofício n<sup>o</sup> 1053/99, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao Requerimento de Informação n<sup>o</sup> 141/99, do Deputado Eliene; Ofício n<sup>o</sup> 1014, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao Requerimento de Informação n<sup>o</sup> 83/99, do Deputado Emanuel Pinheiro; e Ofício n<sup>o</sup> 1035/99, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao Requerimento de Informação de autoria do Deputado Gilney Viana.

Veja, Sr. Presidente, que a quantidade de Requerimentos está fora das medidas, e nós temos que disciplinar a entrada desses Requerimentos, ou então a Bancada do Governo terá que tomar uma medida antipática e antidemocrática, que é a rejeição dos Requerimentos, porque o Governo está me responsabilizando até mesmo por este acúmulo de Requerimentos aqui - foram nove respostas a um só Deputado!

Portanto, vamos disciplinar para que a Oposição tenha um número certo por semana ou por mês, em idênticas condições com a Situação, porque se não fizermos assim nós vamos começar a apreciar Requerimento por Requerimento nesta Casa...

(O SR GILNEY VIANA FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. RENE BARBOUR - ...Sr. Deputado Gilney Viana, eu responderei ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que o Governo não está ainda interferindo neste processo, eu pedi a V. Ex<sup>a</sup> alguns dias de prazo porque eu preciso receber umas aulas do nosso Consultor Técnico-Jurídico, porque eu ainda não estou bem informado - eu vou solicitar, hoje, ao nosso Consultor Técnico-Jurídico, Dr. Francisco Monteiro, que me dê uma aula primária sobre essa Reforma Constitucional, sobre esses percentuais de ICMS, porque eu não sou um expert nesse assunto. O Governo não está interferindo, não está obstruindo; ao contrário, eu disse a V. Ex<sup>a</sup> que, viajando de avião com o Governador, ele até fez menção ao seu Projeto, dizendo da viabilidade dele.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Srs. Deputados, eu gostaria de fazer uma menção à nossa visita, ontem, aos Bairros 21 de Abril e Renascer, até para que não parem dúvidas sobre o nosso papel. Eu disse ontem, lá, claramente, que o Poder Legislativo deve, neste momento, ser o interlocutor entre as pessoas que lá se encontram e o Governo do Estado.

Juntamente com a Deputada Serys Slhessarenko e o Deputado Zé Carlos do Pátio, agendamos uma reunião para segunda-feira, às 15:00 horas, com o Sr. Aparecido Alves, Presidente do INTERMAT, e uma Comissão do Bairro 21 de Abril. O que nós colocamos é que não vamos aceitar que seja feito, de forma truculenta, o despejo das famílias que lá estão. Se está criado o problema, nós temos que encontrar uma solução. Que lá existem “picaretas”, todos concordam - até os líderes se pronunciaram a esse respeito, dizendo que os “picaretas” têm que ser tirados.

Então, eu quero, de uma forma muito sensata, dizer que o Poder Legislativo vai buscar uma intermediação, Deputado Rene Barbour, entre o Poder Executivo e os líderes do assentamento. E, se for preciso, buscaremos até um contato com os proprietários da área, conversaremos com eles para que não seja feito nenhum despejo de forma violenta.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS**  
**08:00 HORAS.**

---

Eu conversei demoradamente com o Coronel Renato, que se diz pressionado. Inclusive, Deputada Serys Shessarenko, ele pediu o nosso apoio junto à Justiça, pois ele está sendo processado em vários casos porque não tem feito os despejos. Neste caso, o Juiz que está cumprindo o precatório é o Dr. João Ferreira Filho. Nós vamos entrar em contato com a Vara de Falência, se não me engano, com o Dr. João, para que ele tenha compreensão, para que deixe caminhar a negociação, através do diálogo, para encontrarmos uma solução. São estas as nossas preocupações: que não haja violência, que não haja truculência e que haja uma solução.

Eu também gostaria de informar a todos os Srs. Deputados e à imprensa que nós temos recebido constantes ligações do Presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, que se diz muito entusiasmado com o ato que será realizado amanhã, às 15:00 horas. Já estão confirmadas as presenças do Deputado Federal Michel Temer, Presidente da Câmara Federal, e do Deputado Federal Germano Rigotto.

Eu gostaria que cada Deputado que para lá fosse, levasse suas opiniões sobre algumas questões pontuais da Reforma Tributária. Nós elencamos algumas questões a serem tratadas lá, e eu gostaria de solicitar àqueles que tiverem alguma opinião, que lá em Manaus nos reuníssemos antes da reunião para unificarmos a nossa linguagem sobre a Reforma Tributária.

Para apresentar várias proposições de autoria do Deputado Riva:

1ª) PROJETO DE LEI:

**Dispõe sobre as normas a serem consideradas nos assentamentos rurais realizados no Estado de Mato Grosso.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governo do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Em todas as áreas destinadas ao assentamento rural no Estado de Mato Grosso deverão ser reservados lotes destinados a Técnicos Agrícolas, observado o limite de 02 (dois) para cada 50 (cinquenta) lotes oferecidos aos assentados.

**Art. 2º** O Técnico Agrícola beneficiado atuará como referencial de transferência de tecnologia, devendo prestar assessoria às famílias assentadas, orientando todas as fases da ação produtiva.

**Parágrafo único** O Técnico Agrícola beneficiado deverá assinar “Termo de Compromisso”, concordando em cumprir as determinações contidas no *caput*.

**Art. 3º** Fica ainda assegurada aos filhos de trabalhadores rurais, com curso de Técnico Agrícola, a prioridade na destinação dos lotes referidos no Artigo 1º.

**Art. 4º** Para efeito desta lei, é considerado Técnico Agrícola o profissional que:  
I - tenha concluído o curso de Técnico Agrícola ou Similar a nível de 2º grau e tenha sido diplomado por escola autorizada ou reconhecida; ou

II - seja portador de diploma de habilitação específica, expedido por instituição de ensino estrangeiro, revalidado na forma da legislação pertinente em vigor.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei, ora em apreciação nesta augusta Casa de Leis, visa proporcionar aos assentados em áreas destinadas a essa finalidade condições satisfatórias no que tange ao aproveitamento e permanência das famílias nas referidas áreas.

Esta propositura cria a obrigatoriedade de destinar, para cada cinqüenta lotes, dois técnicos agrícolas, profissionais que prestarão assistência técnica alternativa, através de um compromisso formal.

O profissional atuará como referencial de transmissão de tecnologias e agente eficaz para acompanhar o processo produtivo em todas as suas etapas.

O técnico agrícola será o agente observador, o analista e até o conselheiro das atividades agrícolas, propugnando dar suporte aos trabalhadores rurais.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública, a necessidade de ceder uma viatura para o 1º Pelotão da Polícia Militar de Colíder.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública, mostrando a necessidade de ceder uma viatura para o 1º Pelotão da Polícia Militar de Colíder.

JUSTIFICATIVA

Os Vereadores de Colíder, em sua totalidade, reivindicam uma viatura para o 1º Pelotão da Polícia Militar daquele município, uma vez que não há nenhum veículo disponível para os trabalhos rotineiros de segurança pública preventiva. Além de Colíder, está também sob a jurisdição do 1º Pelotão da Polícia de Colíder o vizinho Município de Nova Guarita.

Com a referida viatura, a população residente em todo o extenso espaço territorial terá garantia de sua segurança.

Em razão do exposto, e entendendo ser urgente que se viabilize o justo pleito das lideranças de Colíder, contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado a necessidade de reivindicar junto ao Governo Federal a inclusão de Mato Grosso no Programa de Alfabetização Solidária, com linha de crédito do PRONAF, para alfabetizar as populações da zona rural.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS  
08:00 HORAS.

---

indicatório ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade de se reivindicar ao Governo Federal a inclusão de Mato Grosso no Programa de Alfabetização Solidária, com linha de crédito do PRONAF, para alfabetizar as populações da zona rural.

JUSTIFICATIVA

O Ministério Extraordinário de Política Fundiária vem financiando ações do Programa de Alfabetização Solidária através de linha de crédito do PRONAF-Programa Nacional de Agricultura Familiar, objetivando erradicar o analfabetismo na zona rural.

Mato Grosso está caminhando no sentido contrário dos Estados do Sudeste, Sul e Nordeste, nos quais assistimos ao ritmo crescente do êxodo rural, com a procura constante do retorno do homem para a atividade agropecuária.

Essa ocupação do campo em Mato Grosso cobra ações sociais em todas as áreas, principalmente na educação.

Por essas razões é que promovo esta Indicação no sentido de Mato Grosso ser inserido no Programa de Alfabetização Solidária, através de recursos do PRONAF, para atender as comunidades rurais.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado RIVA - PSDB

Sobre a mesa, três Indicações de autoria do Deputado Carlão Nascimento:

1<sup>a</sup>) “Indica ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente do DVOP, Sr. José Carlos Novelli, a necessidade urgente da abertura de uma estrada interligando os Municípios de Salto do Céu e Tangará da Serra.

Com base no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente do DVOP, Sr. José Carlos Novelli, mostrando a necessidade urgente da abertura de uma estrada interligando os Municípios de Salto do Céu e Tangará da Serra.

JUSTIFICATIVA

O Vale do Cabaçal, que compreende os Municípios de Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e Lambari d'Oeste, é uma das regiões produtoras de maior ascensão no Estado. Possui uma população de, aproximadamente, vinte e três mil habitantes, o que habilita a microrregião para o desenvolvimento comercial e industrial. A abertura de uma estrada interligando os Municípios de Salto do Céu e Tangará da Serra é de suma importância para o Estado, pois criaria uma via de comunicação direta entre uma das regiões mais ricas de Mato Grosso com outra em franca ascensão e com grande potencial de desenvolvimento.

Vale frisar que os sistemas viários subordinar-se-ão à preservação da vida humana, à segurança e ao conforto dos cidadãos, de conformidade com o Art. 316 da Constituição Estadual.

A consecução desta obra vai ao encontro dos anseios da comunidade e ao fomento da produção agropecuária do Estado, pelo que confiamos na pronta aprovação deste indicatório pelos ilustres legisladores.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado CARLÃO NASCIMENTO - PSDB”

2ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente da Rede CEMAT, Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, a urgente necessidade da fiscalização dos medidores de consumo de energia elétrica na zona rural do Município de Mirassol d’Oeste, a ser realizada por empregados da própria empresa fornecedora.

Com base no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente da Rede CEMAT, Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, mostrando a urgente necessidade de fiscalização dos medidores de consumo de energia elétrica na zona rural do Município de Mirassol d’Oeste, a ser realizada por empregados da própria empresa fornecedora.

#### JUSTIFICATIVA

Os moradores da zona rural do Município de Mirassol d’Oeste realizam, por conta própria, a medição individual do consumo de energia elétrica, em virtude do descaso da Rede CEMAT em enviar fiscais do seu quadro de funcionários para a desincumbência de tal atividade.

Ocorre que a maioria dos municípios em questão costumam incidir em erro no momento da aferição do consumo de energia elétrica, e a empresa fornecedora cobra a diferença de uma só vez, onerando demasiadamente o orçamento, já apertado, das famílias, culminando no corte de energia pelo não-pagamento, trazendo enormes transtornos aos consumidores.

Assim, necessário se faz que a Rede CEMAT fiscalize a medição do consumo de energia elétrica na zona rural do Município em questão, através de seus funcionários, pois a atividade é de sua inteira responsabilidade, não sendo justo transferi-la aos consumidores que não têm a formação técnica necessária para tanto.

Vale frisar que o Estado prestará assistência técnica aos municípios que solicitarem, de conformidade com o Art. 309 da Constituição Estadual.

Côncios da legitimidade e da relevância social deste expediente indicatório, aguardamos esperançosos a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado CARLÃO NASCIMENTO - PSDB”

3ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente do DVOP, Sr. José Carlos Novelli, a necessidade urgente de reforma, mediante recapeamento asfáltico, da Rodovia MT-170, no trecho entre a BR-174, Caramujo, e o Município de Salto do Céu.

Com base no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente do DVOP, Sr. José Carlos Novelli, mostrando a necessidade urgente de reforma, mediante recapeamento asfáltico, da Rodovia MT-170, no trecho entre a BR-174, Caramujo, e o Município de Salto do Céu.

JUSTIFICATIVA

A ausência de reforma, mediante recapeamento asfáltico, da Rodovia MT-170, entre a BR-174 - Caramujo - e o Município de Salto do Céu, vem se constituindo em um sério entrave ao escoamento da produção agrícola local, além de dificultar sobremaneira o tráfego de ônibus escolares, com destino a Cáceres, e ambulâncias transportando doentes.

Vê-se claramente o enorme prejuízo trazido para a microrregião em exame, que vem sofrendo uma sensível perda na sua arrecadação tributária, sem contar os transtornos causados àqueles que se utilizam da supracitada rodovia.

Vale ressaltar que os sistemas viários subordinar-se-ão à preservação da vida humana, à segurança e ao conforto dos cidadãos, de conformidade com o Art. 316 da Constituição Estadual.

A consecução desta obra vai ao encontro dos anseios da sociedade e ao fomento da produção agrícola do Estado, pelo que confiamos na pronta aprovação desta peça indicatória pelos eminentes legisladores.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado CARLÃO NASCIMENTO - PSDB”

Ainda, sobre a mesa, Requerimento de autoria da Deputada Serys Slhessarenko:

“Com base nos Artigos 258 e seguintes do Regimento Interno, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, sejam solicitadas do Poder Executivo, na pessoa do Exm<sup>o</sup> Sr. Governador Dante Martins de Oliveira, informações relativas aos empréstimos contraídos pelo Estado de Mato Grosso em instituições bancárias nacionais e internacionais, nos últimos dez anos, mencionando, na listagem de informação, cada empréstimo, em que instituição financeira foi realizado, sua importância, finalidade e em que governo foi efetivado, totalizando o montante da dívida atual do Estado decorrente dos declinados empréstimos.

JUSTIFICATIVA

A contabilidade pública atual impõe ao Poder Legislativo ação fiscalizadora mais atenta, com o sentido de contribuir para a solução dos problemas em Mato Grosso. Qualquer dado econômico deve ser repassado abertamente ao Legislativo, para muni-lo da realidade financeira estatal, dando conhecimento de sua importância e finalidade, notadamente a dívida pública, no inteiro teor e em que Governo foi estabelecida.

Diante dos dados poder-se-á julgar historicamente o administrador público mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT”

Também, sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Deputado Nico Baracat:  
PROJETO DE LEI:

**Declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Reabilitação e Equoterapia Filhos do Sol-ABREF e dá outras providências.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica declarada como entidade de utilidade pública a Associação Beneficente de Reabilitação e Equoterapia Filhos do Sol-ABREF, com sede e foro na Cidade de Cuiabá.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente de Reabilitação e Equoterapia Filhos do Sol-ABREF é uma sociedade civil, de caráter social, educativo, cultural, desportivo e terapêutico, com a finalidade de atender aos portadores de deficiências físicas e mentais, mediante a prática constante de atividades eqüestres e equitação, sem fins lucrativos.

É sabido por todos que a saúde pública e a assistência social, médica e paramédica especializada, por razões diversas, ao longo dos últimos anos, foram relegadas pelos governantes a uma situação de extrema calamidade, inaceitável do ponto de vista humanitário, subjugando o fraco e o carente a transporem a linha limítrofe do desamparo absoluto, condição que fere os mais elementares direitos de cidadania.

É diante desse alarmante quadro de abandono do Poder Governamental que instituições filantrópicas sérias como a ABREF avultam no contexto social e acabam impondo a nós, homens públicos e legisladores sensíveis ao sofrimento humano, o dever de ampará-las na medida do alcance da lei.

O trabalho supletivo desenvolvido pela ABREF é reconhecidamente de grande valia social, servindo para minorar o sofrimento do assistido e de seus familiares, principalmente dos mais carentes, com resultado prático altamente satisfatório.

A relevância dessa atuação, indispensável ao público que dela depende, não pode ser ignorada; ao contrário, precisa receber os incentivos necessários da sociedade e de seus representantes políticos para prosseguir nessa empreitada de semear terapias, treinamento específico, amor e integração social para os portadores de deficiência física e mental, conforme as finalidades estruturais e formais.

Compreender a problemática enfocada e vislumbrar o mérito da iniciativa implementada pela ABREF e, em decorrência, manifestar apoio no sentido de estender as prerrogativas legais previstas a uma instituição que ocupa o vácuo criado pela ausência governamental é missão que dignifica o cidadão que a ela empresta aval, motivo que me impele a solicitar dos meus nobres Pares a acolhida devida, conclamando-os a votarem pela aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado NICO BARACAT - PMDB”

E ainda, sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Fazenda e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade da construção do prédio definitivo do Posto Fiscal Frederico Campos, na divisa com o Pará, Município de Vila Rica.

Com base no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Fazenda e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade da construção do prédio definitivo do Posto Fiscal Frederico Campos, na divisa com o Pará, Município de Vila Rica.

#### JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Vila Rica, assim como toda a classe política e a sociedade da região do Baixo Araguaia, vem reiteradamente cobrando a definição do Executivo Estadual quanto à construção do prédio definitivo do Posto Fiscal Frederico Campos, na divisa com o Pará.

Segundo os Vereadores, as informações da Coordenadoria-Geral do Sistema de Administração Tributária do Estado, prestadas em anterior solicitação deste parlamentar, são pouco claras e causam grande preocupação na região, haja vista serem presenciados, a todo momento, graves prejuízos às finanças do município.

Assim sendo, é premente a necessidade de um posicionamento mais preciso das nossas autoridades quanto ao caso em questão, principalmente no que toca à alocação de recursos para a efetivação da obra.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO”

2ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano plenário, seja enviada Moção de Congratulações ao Prefeito Municipal de Nortelândia, Rodomildo Rodrigues Silva, e ao Sr. Abdão Moreno de Almeida Filho, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia ao Prefeito Municipal de Nortelândia, Rodomildo Rodrigues Silva, e ao Sr. Abdão Moreno de Almeida Filho, Moção de Congratulações pela realização da XXIII EXPONORT - Exposição Agropecuária e Feira Industrial de Nortelândia, no período de 20 a 29 de agosto.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO”

3ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada Moção de Congratulações ao Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha, Sr. Antônio Dalvo de Oliveira, vazada nos seguintes termos:

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.**

---

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia ao Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha, Sr. Antônio Dalvo de Oliveira, Moção de Congratulações pela sua eleição como Presidente dessa sociedade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO”

4ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada Moção de Congratulações ao Presidente do Sindicato Rural de Santo Antônio do Leverger, Sr. Palmiro Soares de Lima, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia ao Presidente do Sindicato Rural de Santo Antônio do Leverger, Sr. Palmiro Soares de Lima, Moção de Congratulações pela realização da III EXPOSANTO, no período de 18 a 22 de agosto.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO”

5ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada Moção de Congratulações ao Presidente do Grupo Fazendas Reunidas Boi Gordo, Dr. Paulo Roberto Andrade, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia ao Presidente do Grupo Fazendas Reunidas Boi Gordo, Dr. Paulo Roberto Andrade, Moção de Congratulações por sua escolha como empresário do ano pela Associação Comercial de Cuiabá.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO”

6ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada Moção de Congratulações ao Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Sr. Érico Piana Pereira, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia ao Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Sr. Érico Piana Pereira, Moção de Congratulações pela realização do 2º Encontro Regional dos Municípios, em Santa Terezinha, nos dias 12 e 13 de agosto.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO”

7ª) MOÇÃO DE PESAR: “Nos termos regimentais vigentes, requero à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe a Exm<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juíza Graciema

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.**

---

Caravellas e família, e ao Cel. José Renato Martins, Comandante-Geral da PM/MT, uma Moção de Pesar vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento de sua gente, consternada vem manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento do Cel. PM Tito Lívio de Caravellas, ocorrida recentemente em nossa Capital.

Oficial de grande liderança e expressão na família Policial Militar, o Cel. Caravellas foi Comandante do CPC-Comando de Policiamento da Capital, Chefe do Estado Maior da Polícia Militar, Diretor de Ensino e de Apoio Logístico, Comandante do Comando de Policiamento de Área e de diversos Batalhões da PM.

Notável interlocutor da Polícia Militar no processo de aproximação e sintonia com os anseios maiores da nossa sociedade, o Cel. Caravellas, ao longo de sua trajetória, destacou-se pela sua inteligência, competência, dedicação e profundo amor à carreira. Apesar do rigor da vida militar, sempre se revelou dotado de grande espírito humanitário, respeito ao próximo e apego à família.

Que o Senhor bom Deus ilumine a sua passagem, proporcionando-lhe o descanso merecido.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO”

8ª) REQUERIMENTO: “Com fulcro no Art. 548 e seguintes do Regimento Interno, requeiro ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária que determine a convocação de audiências públicas com a finalidade de discutir o Plano Plurianual 2000-2003.

Essas audiências terão programação, ainda a ser definida, e abrangência conforme anexo, e contarão com a presença dos Senhores Deputados Estaduais, devendo ainda ser convidados: Governador do Estado, Senadores, Deputados Federais, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral, Prefeitos Municipais, Vereadores, Lideranças Políticas locais, Presidentes de Sindicatos, Associações, Clubes de Serviço, Federações, Cooperativas, Membros do Poder Judiciário, entidades bancárias, Igrejas, segmentos comunitários, etc.

**ANEXO**

**Audiências Públicas sobre o PPA 2000-2003**

Local: Tangará da Serra

data: 09/09

São José do Rio Claro	Nortelândia
Campo Novo do Parecis	Nobres
Sapezal	Barra do Bugres
Nova Olímpia	Denise
Santo Afonso	Alto Paraguai
Arenápolis	Diamantino

Local: Cáceres

data: 10/09

Novo Horizonte d' Oeste	Indiavaí
-------------------------	----------

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS  
08:00 HORAS.

---

Mirassol d' Oeste	Figueirópolis d' Oeste
Curvelândia	Reserva do Cabeçal
Lambari d' Oeste	Pontes e Lacerda
Salto do Céu	Vila Bela da Santíssima Trindade
Rio Branco	Nova Lacerda
Araputanga	Comodoro
Glória d' Oeste	Porto Espiridião
São José dos Quatro Marcos	

Local: Sinop

data: 16/09

Brasnorte	Tapurah
Itaúba	Tabaporã
Marcelândia	Novo Horizonte do Norte
Cláudia	Juara
Santa Carmem	Porto dos Gaúchos
Nova Maringá	Vera
Sorriso	Feliz Natal
Lucas do Rio Verde	Nova Maringá
Nova Ubiratã	Nova Mutum

Local: Alta Floresta

data: 17/09

Apiacás	Matupá
Nova Bandeirante	Peixoto de Azevedo
Nova Monte Verde	Terra Nova do Norte
Paranaíta	Colíder
Carlinda	Cotriguaçu
Colorado do Norte	Juruena
Nova Canaã do Norte	Aripuanã
Nova Guarita	Castanheira
Novo Mundo	Guarantã do Norte
Juína	

Local: Barra do Garças

data: 24/09

Araguaiana	Água Boa
Cocalinho	Ribeirão Cascalheira
General Carneiro	Querência
Alto Taquari	São Félix do Araguaia
Alto Araguaia	Alto Boa Vista
Alto Garças	Luciara
Araguainha	Cana Brava do Norte
Ponte Branca	São José do Xingu
Ribeirãozinho	Porto Alegre do Norte

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS**  
**08:00 HORAS.**

---

Torixoréu	Confresa
Pontal do Araguaia	Santa Terezinha
Novo São Joaquim	Vila Rica
Campinápolis	Gaúcha do Norte
Nova Xavantina	Canarana

Local: Cuiabá

data: 30/09

Barão de Melgaço	Poconé
Santo Antonio do Leverger	Nossa Senhora do Livramento
Várzea Grande	Chapada dos Guimarães
Acorizal	Jangada
Rosário Oeste	

### JUSTIFICATIVA

Uma das inovações trazidas pela Constituição de 1988 foi o fortalecimento da ação legislativa no que diz respeito à sua efetiva participação no processo de planejamento em todos os níveis de governo, devendo-se promover um debate com a sociedade sobre o conteúdo dos principais instrumentos legais definidos constitucionalmente, quais sejam: o Plano Plurianual-PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e as Leis Orçamentárias Anuais-LOA.

O Governo do Estado/Secretaria de Planejamento e Coordenação-Geral-SEPLAN, através da atual administração, definiu como uma de suas estratégias, visando à sua modernização e desenvolvimento organizacional, priorizar a adoção de um modelo de gestão em que o processo de planejamento deve inserir um amplo debate com a sociedade, de caráter regional, sobre o conteúdo dos instrumentos legais de planejamento definidos pela Constituição de 1988, através da realização anual de audiências públicas regionais, conforme a regionalização do plano de metas.

Neste contexto, estamos propondo uma parceria entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando ao alcance do objetivo de assegurar a referida discussão com a sociedade mato-grossense que, ao mesmo tempo que contribuirá para referendar o modelo de gestão da administração estadual, também efetivará o papel do Poder Legislativo como canal de participação da sociedade no processo de planejamento estadual.

Assim, propõe-se promover a realização, no período de agosto a setembro, reuniões, denominadas audiências públicas regionais, para a discussão do PPA 2000-2003 e do Orçamento, conforme programação em anexo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO”

9ª) PROJETO DE LEI:

**Autoriza o Estado a receber Títulos Públicos Federais em pagamento da Dívida Ativa inscrita no Estado.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam os devedores do Estado, inscritos em Dívida Ativa, autorizados ao pagamento de seus débitos mediante entrega de Títulos Públicos Federais, pelo valor de face, obtendo quitação da dívida correspondente ao valor entregue.

**Parágrafo único** A operação a ser realizada na forma estabelecida no *caput* dependerá da aceitação, por parte da União, do recebimento em pagamento da Dívida Pública do Estado, dos Títulos Públicos Federais, recebidos pelo Estado.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA

Atualmente, grande tem sido a discussão e o debate em torno da dívida pública de quase todos os Estados da Federação.

Com o advento da crise internacional, provocada principalmente pelo movimento dos capitais voláteis, os países com menos solidez econômica, como é o caso do Brasil, tiveram grande dificuldade na administração de suas finanças, sendo orçados, em conseqüência, à prática de altas taxas de juros.

Como não poderia deixar de ser, os Estados da Federação também foram atingidos por essa síndrome, o que resultou num brutal endividamento, de forma linear, por quase todos os Estados.

Na busca de uma solução para o problema do endividamento, os Estados negociaram com a União a transferência de seus débitos e o respectivo alongamento dos prazos de pagamento.

Acontece que, na condição negociada para o nosso Estado, os valores a serem amortizados comprometem o orçamento em áreas prioritárias do Estado, tais como: educação, saúde e segurança.

Em face do exposto, julgo importante a aprovação do presente projeto, tendo em vista que ganha o Estado com a recuperação de seus créditos inscritos em Dívida Ativa, ganham os devedores inscritos em Dívida Ativa, pelo deságio a ser obtido quando da aquisição dos títulos públicos federais, e ganha a União, pelo enxugamento de seus títulos em circulação no mercado financeiro.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 25 de agosto de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO”

Não havendo mais orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o Deputado Gilney Viana, que dispõe de quinze minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada e Srs. Deputados:

Hoje, dia 25 de agosto de 1999, é a véspera de um dia que vai ficar marcado na História deste País, porque amanhã, em Brasília, e depois, nos dias subseqüentes, ocorrerá uma grande manifestação, de massa, de trabalhadores, dos atingidos pela política econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, não encontrando soluções para suas

demandas legítimas e justas, marcham sobre a Capital Federal para dizer ao Presidente da República que basta. Basta de autoritarismo! Basta de política econômica concentradora de renda! Basta de um projeto nacional que desestrutura a indústria nacional e penaliza a agricultura! Basta de juros elevados, que sacrificam todas as atividades produtivas e comerciais, que se socorrem do sistema financeiro com a expectativa de que com a sua atividade possam remunerar o capital emprestado e ...

O Sr. Amador Tut - Concede-me um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - Agora mesmo, Deputado Amador Tut.

E, não obstante um esforço do capital produtivo, daqueles que não apenas geram empregos, mas geram produtos para lançar no mercado interno e até no mercado externo, não conseguem saldar suas dívidas perante as instituições financeiras. E isso não ocorre, Deputado Amador Tut, apenas com a atividade agrícola, isso ocorre também com a atividade industrial, isso ocorre com os devedores privados que não são empresários, como os devedores do Sistema Financeiro de Habitação, que não conseguem saudar suas prestações e muito menos conseguirão saudar o restante a pagar, que não pode ser coberto pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais.

Ou seja, cria-se um passivo de uma ordem gigantesca, da ordem, talvez, de um trilhão de reais, dos vários segmentos da população, que não podem, que não conseguem saudar as suas dívidas em função da lógica perversa dos juros altos, superior aos ganhos das atividades produtivas e superior aos incrementos das rendas familiares e dos salários. Naturalmente, se sua dívida cresce a dois ou três passos à frente dos seus rendimentos, da sua produtividade, obviamente que você está destinado à bancarrota. É isso que está ocorrendo com as unidades empresariais e com as unidades familiares. O Brasil, literalmente, foi colocado no funil da moratória, e não só da moratória, mas da “quebradeira nacional”.

Eu permito um aparte ao Deputado Amador Tut.

O Sr. Amador Tut - Deputado Gilney Viana, eu só quero trazer uma informação para V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, nobres Pares, servidores desta Casa, galerias, imprensa, eu quero fazer aqui um adendo às palavras do Deputado Gilney Viana, informar sobre as distorções que existem. Só em equipamentos - equipamento fabricado por uma mesma fábrica, com a mesma qualidade, só porque um é parafusado em milímetros e o outro em polegadas... Um conjunto de filtros para usar num ônibus, que é medido em milímetro - e no conjunto agrícola é em polegada -, custa o dobro, o dobro! Só por causa da rosca! E a rosca em polegada é muito mais grossa, muito mais fácil de fazer do que a que é feita em milímetro. Então, são tantas distorções que é quase impossível acreditar.

Você vai comprar hoje um trator agrícola, você olha o trator agrícola, o que é que tem naquilo? Já com todas as isenções de ICMS e IPI, ele custa três, quatro vezes o valor de um conjunto de operações. Então, nós solicitamos, conversamos com os distribuidores, com os fabricantes para saber o porquê disso: “Porque os empresários na área do transporte compram dez, vinte, cinqüenta e até cem unidades, e eles brigam, se impõem. E o indivíduo que chega aqui para comprar um ‘tratorzinho’, leva pelo preço que nós quisermos vender”. Como nós vamos viver? Vejam a estrutura de uma máquina colheitadeira, quantos meses nós a usamos por ano? E quanto ela custa? É um monte de lata insignificante, um monte de material insignificante. E você compra esse material, ele vai ficar parado durante 80% do tempo, porque você não tem como usá-lo o ano inteiro - além disso, ele se deteriora

automaticamente. Foi feito, parece, para desmanchar. Então, a qualidade da nossa agricultura pesa muito por causa desse custo, pesa muito. Então, é uma diferença tão grande, que você fica aterrorizado.

Eu vou contar um fato que ocorreu comigo. Em 1991 ou 1992, eu fiz uma compra de equipamentos - tratores, rede elétrica e torno controlado. Isso custou noventa e seis mil dólares. Eu paguei na hora 26% e financiei setenta e poucos mil dólares. Eu paguei rigorosamente em dia todas as parcelas, sem atrasar um centavo de nenhuma das parcelas, até chegar em 54% do pagamento. Eu já tinha pago duzentos e quarenta e oito mil dólares de uma conta de setenta e dois mil dólares, que era o que eu devia. Quando chegou a securitização, eu fui lá ver a minha conta, eu ainda devia trezentos e vinte mil dólares! Então, fui ao banco e provei... Como, de uma conta de setenta e dois mil dólares, que era o valor que eu fiquei devendo a eles - e eu já tinha pago duzentos e quarenta e oito mil dólares, em dia, sem nenhum atraso -, eu ainda devia trezentos e vinte mil dólares? Com muita briga e até interpelando na Justiça, eu ainda fiquei devendo cento e trinta mil dólares. Então, Senhores, não tem nada que pague isso. Não existe conta que seja paga num negócio como esse! Não existe! É uma distorção! É uma coisa fora de equilíbrio, totalmente diferente. Agora, ou nós fazemos isso...

O Presidente da República que me desculpe, porque ele não está aqui para se defender, mas ele está preocupado em conseguir capital para o Brasil. Nós precisamos arrumar para o Brasil é comida, Senhores! É barriga cheia! É energia! É educação! É saúde! Não é cofre cheio de dinheiro. Nós não comemos dinheiro, Senhores! Nós comemos feijão e arroz...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Amador Tut - ...Nós comemos é aquilo que faz o menino crescer, para saber que ele é inteligente, para trabalhar melhor. Muito obrigado.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Deputado Amador Tut.

V. Ex<sup>a</sup> deu o depoimento de um empresário que se endivida para investir em capital produtivo e, não obstante ativar esse capital produtivo, não consegue saldar o financiamento, porque os juros colocam o crescimento da dívida acima de qualquer rendimento, de qualquer produtividade.

Deputado Amador Tut, esta é a razão por que os caminhoneiros pararam o Brasil, esta é a razão por que os agricultores ocuparam a Esplanada dos Ministérios em Brasília; esta é a razão por que amanhã nós vamos marchar com cem mil trabalhadores na Esplanada dos Ministérios, lá em Brasília; esta é a razão por que existe uma marcha dos trabalhadores sem terra, que vai do Rio de Janeiro, a pé, até a frente do Palácio do Planalto; esta é a razão por que estarão em marcha os professores, os profissionais da Educação de todo o Brasil, comandada pelo CNTE e pelos sindicatos respectivos, que irão a Brasília dos dias 06 a 08 de outubro. É pela mesma razão, por causa dessa política econômica perversa que endivida os produtores, endivida as unidades familiares, endivida as pessoas além da sua capacidade de pagamento. Na verdade, o Governo Federal, com a sua política suicida, deveria ser enquadrado no Código Civil, ou no Código Penal - eu não lembro mais -, que diz que você não é obrigado a saldar cláusulas leoninas de contratos que sacrificam os seus investimentos e a sua própria família...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Com muita honra, Deputado Rene Barbour.

O SR. Rene Barbour - Deputado Gilney Viana, V. Ex<sup>a</sup> está tocando exatamente no problema que nós temos na agricultura.

Veja bem, eles dizem, uma corrente diz, que é o grande produtor que está querendo se beneficiar, por isso estão querendo dar 10% de desconto na conta do produtor devedor. Então, veja bem, um produtor que teve uma safra frustrada e que não pôde pagar o Banco do Brasil, V. Ex<sup>a</sup> sabe quanto é o juro que ele paga por mês? O juro vai para 6%! Ele cai em operação irregular, e os juros vão para 6%. Em dois meses, só de dívida, uma dívida que às vezes já vinha se processando há dois anos, são 12%.

Então, veja bem, esse não é o caminho para acertar a vida da agricultura! Está muito longe, porque eles estão fazendo um abatimento de 10%, e os juros acrescidos em apenas dois meses seriam...

Eu digo isso porque paguei um dia desses uma prestação do Banco do Brasil que havia atrasado três dias, e foram mudados os juros dessa operação para 6%, quando era TJLP mais 12% ao ano.

Então, o agricultor está sentindo na própria carne, ele está quebrado, ele está falido! A propriedade dele não paga mais a dívida, a propriedade dele, que às vezes é consequência da luta de algumas gerações, é uma propriedade que não paga mais a dívida, Deputado...

O SR. GILNEY VIANA - É verdade.

O Sr. Rene Barbour - Eu conheço processos iguais a esse, de amigos meus. A propriedade que valia dois... A terra, V. Ex<sup>a</sup> sabe que o valor da terra caiu, no mínimo, pela metade, se não caiu mais!...

O SR. GILNEY VIANA - É verdade.

O Sr. Rene Barbour - O resíduo que ele tinha, além da dívida, já acabou, com a desvalorização da propriedade! O que adianta dar 10% de desconto numa dívida amontoadada de inadimplências, de juros sobre juros, efeito cascata, juros capitalizados?

Esta reivindicação da agricultura está certa, Deputado Gilney Viana! Nós temos que fortalecer a agricultura, dando-lhe condições de sobrevivência, porque senão o arroz e o feijão, como disse o Deputado Amador Tut agora mesmo, não irão à mesa do brasileiro mais! A decepção é muito grande! Eu repudio esse movimento contrário a que se faça um estudo da vida do agricultor. Que cada caso seja um caso, mas que seja analisado e que se dê o desconto necessário para que o agricultor saia da inadimplência e continue depois produzindo alimentação e dando lucro à Nação. Muito obrigado.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço V. Ex<sup>a</sup> e incorporo seu aparte no meu discurso. Primeiro, porque eu concordo com ele; segundo, porque ele bate na tecla...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência informa que restam apenas três minutos para V. Ex<sup>a</sup> encerrar o seu pronunciamento.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Segundo, porque bate na tecla exata que nós da Oposição temos batido. É uma questão da dívida, do endividamento, e não da dívida, do endividamento crescente dos agentes públicos e privados, porque os agentes públicos estão sendo endividados também com essa política suicida - os Municípios, os Estados e a própria União estão sendo endividados por essa política suicida de juros. E os agentes privados, sejam empresários, sejam as unidades

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS**  
**08:00 HORAS.**

---

familiares, seja o indivíduo, estão sendo penalizados, é como se nós sacrificássemos as gerações futuras pelo que essa geração fez.

Os juros que estão sendo cobrados da sua empresa nem o seu filho vai pagar! É como o juro da dívida interna, nós não vamos conseguir pagá-lo, ainda que ele esfole, que ele sacrifique o povo brasileiro, não conseguiremos, porque ela conseguiu atingir uma tal dimensão, que por mais que se sacrifique o povo, não se paga o serviço da dívida contratada. Você perde a capacidade de investimento, você perde a capacidade não só do investimento, mas às vezes do custeio. Isso quer dizer: “tirar o leite das crianças”, literalmente, para poder honrar a dívida, e mesmo assim chega a um ponto que não se consegue honrar! No fundo é isso que o Deputado Rene Barbour falou, e todos nós aqui sabemos disso.

É por isso que nós estamos marchando para Brasília. Não se trata de uma lógica de Oposição ao Governo, trata-se de uma lógica de Nação, de povo, de soberania, de resgate da possibilidade de sobrevivência das gerações futuras...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...É por isso que amanhã nós vamos, com todo o sacrifício que essa luta nos impõe - mas nós não podemos fugir dela. Aqueles que não podem ir, pelo menos tenham consciência, como teve o Deputado Rene Barbour - que eu acredito que seja a postura de outros também -, de que nós não somos baderneiros, de que nós não estamos lá porque somos do PT, da CUT, do sindicato, do MST, mesmo porque tem muita gente lá que não é do PT, da CUT, do MST. Tem gente lá que, ao contrário, é do PSDB, é do PPS, é do PC do B, é do PPB, do PFL, do PL. E todo mundo sabe... Quando V. Ex<sup>a</sup> vai ao seu município, V. Ex<sup>a</sup> sabe que lá tem um caminhoneiro, lá tem um agricultor que votou em V. Ex<sup>a</sup>. Então, não venham com essa de identificar esse movimento nacional com o PT - embora muito nos honre essa identificação, ela não é adequada, porque ela ultrapassa a dimensão do Partido dos Trabalhadores, dos Partidos de Esquerdas, da Oposição, como defesa da nacionalidade. E é esse grito que vai ser dado na Esplanada dos Ministérios para que seja ouvido, lá no Palácio do Planalto, pelo “Imperador” Fernando Henrique Cardoso, para que ele seja responsabilizado por essa política suicida, de morte, que ele semeou sobre a Nação brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos para que eu possa fazer uso da palavra.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:34 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Sr. Deputados, imprensa:

Eu quero, antes de mais nada, agradecer a contribuição dada, ontem, pelos Parlamentares de Oposição que estiveram reunidos no nosso gabinete e nos fizeram algumas reivindicações muito bem fundamentadas, especialmente no que diz respeito a um rigor maior na tramitação de matérias. E nós tratamos também de outros assuntos, como as audiências públicas, as sessões solenes e especiais, e foi sugerido que, quando um Deputado convocar uma audiência pública, uma sessão solene ou uma sessão especial, que ele assegure a participação de, pelo menos, um terço dos Deputados - apesar de que as reuniões das comissões podem se realizar com o número mínimo de três membros e as audiências públicas podem ser presididas pelas comissões - porque seria muito bom para a Casa que houvesse

uma participação maior dos Srs. Deputados nas audiências públicas e nas sessões solenes. Para que isso ocorra, nós não podemos convocar audiências públicas ou sessões solenes e especiais sem antes fazer um trabalho de articulação para que haja maior presença dos Srs. Deputados.

Especialmente em relação à tramitação das matérias, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Emanuel Pinheiro - e eu falo aqui também com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlão Nascimento -, eu faço questão de ratificar o que foi conversado ontem, até para que não parem dúvidas de que o Presidente tenha tecido críticas ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o que não é verdade. Talvez tenha sido colocado de uma forma mais contundente, e quem não assistiu à reunião pode achar que nós tecemos uma crítica mais dura ao Presidente da Comissão, o que não é verdade e não é merecido. Na verdade, o que nós fizemos ontem foi dizer que nós temos nos empenhado e falado constantemente com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça quando achamos necessário, até por uma obrigação, como Presidente do Colégio de Líderes, para que se dê o encaminhamento às matérias. E o Deputado Carlão Nascimento, façamos justiça, tem procurado dar os encaminhamentos corretos, tanto é que tem solicitado os processos dos membros de Comissão que não ofertaram parecer... Então, eu sinto que essa sintonia entre o Plenário e a Comissão começa a acontecer, e é importante isso.

Eu quero ratificar que a Presidência tem se empenhado junto às comissões, tem pedido ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Eliene, e agora, na sua ausência, ao outro Presidente, que se empenhe nos pareceres, para que os projetos cheguem em tempo hábil para serem votados.

Pelo que eu analisei ontem no relatório da Dona Nadir Nascimento, da Secretaria de Serviços Legislativos, Deputado Gilney Viana, são poucas as exceções, a maioria dos projetos tem sido votada com agilidade. Agora, até têm sofrido prejuízo os projetos de autoria dos Srs. Deputados, porque, na maioria das vezes, os projetos de autoria do Executivo chegam com pedido de regime de urgência urgentíssima e o Parecer é emitido em plenário.

Nós temos procurado corrigir algumas distorções no Regimento Interno, Deputado Pedro Satélite, especialmente para se dar uma tramitação aos projetos dos Deputados, pelo menos, nas mesmas condições dadas aos projetos do Executivo - para isso tem um projeto de emenda na Casa que diz que os projetos de autoria dos Srs. Deputados também receberão o mesmo tratamento dado em relação aos projetos do Executivo, quando sobrestadas as matérias em função de apreciação de Vetos ou alguma situação especial. Então, nós temos procurado dar essa agilidade e valorizar.

Lá foram tratados também os casos dos Bairros 21 de Abril e Renascer - e a Deputada Serys Shessarenko lá esteve. Eu quero dizer que não concordo realmente que as pessoas que lá moram sejam despejadas de forma truculenta.

É necessário fazer um discernimento aqui, Deputado Rene Barbour. Quando eu ouço algumas pessoas dizerem: “Errados estavam eles por invadirem”, eu concordo; principalmente aqueles que não precisavam, os “picaretas”, mas nós não podemos comparar o nível de cultura do pessoal que lá reside com o nosso nível, com o nível do Governo, de um Juiz, enfim, de pessoas que têm a compreensão de que aquele povo lá está porque procura uma moradia - pelo menos, a maioria esmagadora. É um problema que foi criado e o Poder Legislativo tem que ser interlocutor sim, Deputado Pedro Satélite, junto ao Governo do Estado,

para encontrarmos uma solução. A culpa não é do Governador Dante de Oliveira! É necessário colocar isso aqui.

Ontem, eu conversei com o Cel. Renato, e ele está numa encruzilhada, porque há uma decisão difícil de ser tomada, ele recebeu um precatório de um Juiz, é uma decisão judicial... Então, nós também temos que respaldar o Cel. Renato para que neste momento ele não sofra nenhum retaliamento em função do não cumprimento, no tempo hábil, dessa medida. Então, Deputado Gilney Viana, eu vejo com preocupação aquela situação.

E o Governador Dante de Oliveira, que se caracterizou ao longo de sua vida pelo apoio aos trabalhadores, pelo apoio aos projetos de assentamento, não pode neste momento deixar que se tome uma decisão precipitada. Nós temos que ter, sim, muito diálogo, e a Assembléia Legislativa vai se colocar neste meio exatamente para exigir esse diálogo. Então, nós colocamos ao Governador isso ontem, ao Aparecido Alves, ao Cel. Renato, que foi a instituição Assembléia Legislativa, não o Deputado Riva, que esteve lá, ontem. E o sentimento da maioria, pelo menos, que nós percebemos ontem é de que não haja truculência.

Então, eu quero apenas deixar bem claro a todo o Plenário esta situação para que depois não ataquem o Deputado Riva, dizendo que estou defendendo invasão, porque eu não defendo. Eu acho que o problema foi criado e nós temos que resolvê-lo. Temos maturidade para, neste momento, resolvê-lo de uma forma pacífica. E sou contra todo e qualquer ato de violência.

Eu quero também dizer - e nós tratamos deste assunto ontem na reunião...

O Sr. Rene Barbour - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. RIVA - Concedo com muito prazer, Deputado Rene Barbour.

O Sr. Rene Barbour - Deputado Riva, não é desta maneira que V.Ex<sup>a</sup> vai resolver o problema do homem sem terra, sem casa. É preciso que o Governo tome medidas concretas. V. Ex<sup>a</sup> não acha que é uma violência - V. Ex<sup>a</sup> que jurou defender as Constituições Federal e Estadual -, V. Ex<sup>a</sup> não acha que é uma violência ferir o direito de propriedade? É uma violência, Deputado Riva! O Legislativo não pode defender qualquer matéria que fira as Constituições Federal e Estadual.

Ora, se não existissem essas maneiras protelatórias, não haveria esses pobres homens sem casa, sem teto, somados com os malandros que estão lá dentro, e V. Ex<sup>a</sup> sabe que há falsos grileiros que pegam lotes para vender.

Nós vimos até a própria Luíza Erundina, ex-Prefeita do Estado de São Paulo, pela televisão, procedendo a um despejo de casas populares, casas do Estado que foram invadidas. O que precisa é resolver o problema do homem sem teto - terra é coisa barata, Deputado Riva!

O Governo pode adquirir muita terra aqui na periferia, pode abrir diversos loteamentos para agregar esse povo. Agora, o que nós não podemos é conviver com essas invasões, porque se leva o próprio homem sem teto a esta miséria que é ser despejado. Eu não estou aplaudindo o despejo, é preciso que sejam tomadas medidas para que isso não ocorra, mas a propriedade privada tem que ser respeitada também, senão daqui a pouco, Deputada Serys - V. Ex<sup>a</sup> que está louca para falar -, o seu quintal pode ser invadido, e V. Ex<sup>a</sup> não vai pedir a proteção da Justiça, porque existe uma área grande, vamos admitir, de lazer, como tem em todas as residências, onde poderiam estar sendo agregados os sem-teto...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. RIVA - ...Deputado Rene Barbour, eu agradeço o aparte de V.Ex<sup>a</sup>...

O Sr. Rene Barbour - ...Eu termino, Deputado Riva, dizendo que tem que se encontrar uma solução para o sem-teto, mas não é com invasão, aplaudindo a invasão, porque isso leva esses homens simplesmente à desgraça.

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, ele contribuiu muito, mas eu quero dizer que o Governo pode, tem condições e deve realmente adquirir área nas periferias, só que não adquiriu.

Então, Deputado Rene Barbour, eu não defendo a invasão. É uma pena que V. Ex<sup>a</sup> não tenha prestado atenção no meu discurso. O que eu disse aqui foi que, de fato, o Poder Legislativo tem que se colocar nesse meio para que não haja violência, mas não que o Poder Legislativo incentive as invasões, porque eu sou contra, mas o problema está criado, Deputado Rene Barbour, e a maior violência que se comete hoje não é contra a Constituição, não é contra nenhuma lei, é contra o cidadão, é esse que está sendo violentado no seu dia-a-dia.

Então, nós não vamos permitir que se tome uma medida truculenta. E colocamos isso ontem lá claramente, Deputado Rene Barbour, colocamos às claras, tanto para os líderes como para o Governador e para o Aparecido Alves. O direito de propriedade tem que ser respeitado? Tem! E por que não se procura o dono da terra? Essa foi uma das questões que nós colocamos lá. Por que não se negocia com o dono da terra, que não vai perder nada?

Agora, essa história de que não pode morar pobre perto de rico, isso para mim é um absurdo! Se não quiserem que more pobre perto de rico aqui, Deputada Serys Shlessarenko, tem que mudar todo mundo para a Suíça, porque aqui eu não conheço tantos ricos assim.

Então, eu acho que nós podemos, sim, buscar um encaminhamento. Tem pessoas que investiram lá... Até concordo com o Deputado Rene Barbour em determinadas questões, porque há pessoas, nós sabemos, que não são pessoas necessitadas, que entraram, fizeram altos investimentos, picaretas, mas na sua maioria, eu constatei pessoalmente, são pessoas pobres, que fizeram lá a casinha com tijolo, cobriram com telha eternit... E o déficit de moradia neste País é muito grande, não se tem um programa adequado para combater a questão da moradia, é por isso acontecem essas invasões, é por isso que se cria aqui no Poder Legislativo esse tipo de problema, porque nós temos que sair em defesa, não em defesa da invasão, mas em defesa do cidadão, que não pode ser violentado, porque buscou uma condição digna de moradia...

A Sr<sup>a</sup> Serys Shlessarenko - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. RIVA - Concedo, ilustre Deputada Serys Shlessarenko.

A Sr<sup>a</sup> Serys Shlessarenko - Em primeiro lugar, o que eu vou dizer aqui não é para ser advogada de defesa do Deputado Riva, até porque ele já disse grande parte das coisas que eu iria dizer a partir do aparte do nobre Deputado Rene Barbour.

Em primeiro lugar, nem o Deputado Riva, nem a Deputada Serys Shlessarenko, nem o Deputado Zé Carlos do Pátio, os que lá estiveram ontem... E eu estou em várias ocupações de sem-teto, permanentemente... Aliás, o termo politicamente correto não é invasão, é ocupação. Invasão é quando já tem alguém no lugar e você vai lá e se acomoda junto dele ou o expulsa. E na ocupação, não, está desocupado, você ocupou. E lá é ocupação, está caracterizado como ocupação, em primeiro lugar.

Segundo lugar, o Deputado Riva pode, com certeza, eu não tenho a menor dúvida, fazer o que ele fez ontem, e o que ele está fazendo hoje aqui em termos de discurso.

Eu já falei, não sou advogada dele, de jeito nenhum, mas ele não está... O que ele não pode é estimular a ocupação, e em nenhum momento ele fez isso! A ocupação já está lá há tempo! Só não conhece quem não quer! Aquilo lá é uma cidade! Só no Bairro Renascer tem mais de oitocentas famílias, mais de oitocentas casas construídas. Está certo, são casas humildes, pequeninas, porque ali mora gente, realmente...

Tem exceções? Tem picaretas lá? Tem! Não tenho dúvida. Tem alguns, sim. Mas em todo lugar tem picareta! Onde não tem picareta? Respondam-me! Tem em todo lugar picareta, inclusive lá. Agora, se tem picareta, que se faça um cadastro, que se faça uma seleção, que se faça alguma coisa para separar o joio do trigo, mas que se regularize aquilo lá.

O Deputado Riva ontem esteve lá, como nós estivemos, conheceu realmente e viu que é impossível despejar, vai despejar... Entre os dois bairros tem mais de mil e duzentas famílias, despejar de lá com Polícia! Do meu ponto de vista, eu acho impossível e vai virar uma guerra, não tenha dúvida.

Agora, o que ele está dizendo aqui é que precisa negociar, precisa ver quem realmente precisa, quem não precisa, e quem precisa tem que regularizar, tem que negociar com o dono da terra, enfim, tem que abrir um diálogo que não seja o de simplesmente acatar uma liminar de despejo e o Governo ceder a Polícia para ir lá.

Portanto, nós podemos, não só podemos, como Parlamentares nós devemos fazer essa interlocução, essa intermediação para não deixar acontecer nenhum ato de barbárie lá. Muito obrigada.

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte da Deputada Serys Shessarenko e termino dizendo, Deputado Rene Barbour, que a nossa ida lá levou um clima de paz, de tranquilidade aos moradores, e também conseguimos conversar com o Governo e colocar em contato, segunda-feira, às 15:00 horas, a Comissão com o INTERMAT, que vai comandar esse processo, e também a Assembléia Legislativa. Inclusive, Deputada Serys Shessarenko, como Presidente, vou enviar, hoje, um documento ao Juiz, Dr. João Ferreira Filho, para que não seja tomada nenhuma decisão, que ele não deixe que se tome nenhuma decisão sem que se esgote o diálogo, para que nós busquemos uma saída. E as saídas são muitas, Deputado Rene Barbour. A saída não é simplesmente deixar as famílias ocupando a terra, sem indenizar o proprietário da terra; a saída também não é tirar o pessoal de lá, porque eu sinto que isso pode ocasionar um embate muito grande. Lá tem pessoas de boa índole e pessoas de má índole, como em todo lugar tem! Tem gente com bomba caseira fabricada... Quer dizer, o que nós vamos provocar é um clima de tensão que pode extrapolar os limites daqueles dois bairros.

Eu até vou consultar os colegas Deputados e, havendo concordância, vou enviar um ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Juiz, Dr. João Ferreira Filho, que é o que faz cumprir o precatório, para que haja uma compreensão e que ele aguarde esgotar todos os diálogos necessários para se buscar o entendimento. Entendimento, como eu disse a V. Ex<sup>a</sup>, que não pode ser radical de nenhuma das partes, porque nós somos contra o radicalismo. Inclusive, ontem, fizemos questão de expor lá que ele têm que buscar o Governo como parceiro, o Governo não tem culpa do despejo, porque quem está provocando o despejo são os donos legítimos da terra. Então, neste momento, o Governo tem que agir como parceiro deles, para que eles tenham condições de resolver a situação. Eu acredito que haverá bom senso do Governador e do Sr. Aparecido Alves, até porque eles têm demonstrado isso ao longo de suas histórias.

Ontem, na reunião com os Deputados também foi tratada a questão da emenda da UNEMAT, as emendas de autoria dos Srs. Deputados. Eu quero corrigir uma distorção, Deputado Rene Barbour. Eu li num jornal que os Srs. Deputados fizeram emendas, num total de quarenta milhões, de verbas contingenciadas. Não é verdade! A emenda foi cada Parlamentar que quis fazer. Eu não sei se todos fizeram. Eu não sei se a Deputada Serys Shessarenko ou se algum Deputado deixou de fazer. São emendas de obras destinadas às regiões... Cada um, logicamente, fez para a sua base. Lembro-me de que assinamos uma emenda destinada à Capital, num valor um pouco maior. Mas são emendas de quinhentos mil reais para cada Deputado, o que, aliás, é um artifício legal, o Poder Legislativo tem poderes para isso.

Então, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do Governo, e sei que V. Ex<sup>a</sup> sempre conduziu de forma muito competente isso, buscasse junto ao Governador um entendimento para que o Governo, pelo menos, se reúna com os Srs. Deputados e faça cumprir as emendas que nós colocamos no Orçamento, logicamente que respeitando a questão financeira, orçamentária. Nós já conversamos sobre isso, e eu sei da sua disposição em ter essa conversa com o Sr. Governador - esse também foi um assunto tratado.

Nós tratamos, também, da regulamentação da agência reguladora. O Governo do Estado tem que enviar para cá um Projeto de Lei. Nós não podemos mais permitir que não se tenha nenhum controle sobre a CEMAT. Nós tivemos a municipalização, depois a privatização da SANEMAT, a privatização da TELEMAT, e a agência reguladora, de acordo com o Artigo 16 daquela Lei que nós aprovamos...

O Sr. Carlos Brito - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. RIVA - ...necessitará que seja encaminhado para esta Casa um Projeto de Lei. Nós, ontem, fizemos um documento que irá circular - nós o estamos assinando como Presidente, e pedimos a assinatura de todos os Srs. Deputados -, no qual solicitamos ao Governador que envie Projeto de Lei para esta Casa.

Concedo o aparte ao Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito - Deputado Riva, somente para concordar com a necessidade de se implementar a Agência Estadual de Controle da questão da energia elétrica em Mato Grosso, diante da privatização para o Grupo Rede/CEMAT. Também gostaria de esclarecer que no tocante à municipalização do sistema de saneamento está ocorrendo o oposto. A Prefeitura de Cuiabá, ao menos até onde nós sabemos - e é o maior sistema em Mato Grosso -, tomou a precaução de, primeiro, criar a agência municipal, a agência reguladora que vai controlar, inclusive, o custo tarifário, a qualidade do serviço, tudo isso passando por uma decisão pública de controle da concessão, que agora é que está sendo deflagrado, e até o final do ano se consolida essa municipalização. No caso da energia elétrica, infelizmente, não se tomou essa precaução a tempo e à hora.

Então, somente para dissociar, só para esclarecer que a parte do saneamento está sendo conduzida de maneira adequada, mas na parte da energia elétrica realmente nós estamos atrasados e precisamos resolver isso o mais rápido possível. Obrigado.

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte do Deputado Carlos Brito e parabênzo, inclusive, o Prefeito de Cuiabá por essa medida, que era o que deveríamos ter feito aqui no caso da privatização da CEMAT, e infelizmente não foi feito, mas depois nós aprovamos o Projeto... Aliás, não foi feito e não foi por culpa do Poder Legislativo. O Poder Legislativo apresentou um Projeto de Lei, criou, o Governo vetou, apresentou novamente... Então, agora,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.**

---

seria oportuno, depois de o Governo ter sancionado essa Lei, que o Governo a regulamentasse...

O Sr. Hermínio J. Barreto - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. RIVA - Vou conceder, Deputado Hermínio J. Barreto.

Eu vou sugerir, Deputado Carlos Brito, inclusive, aos demais Prefeitos da minha região que façam da forma como fez o Prefeito Roberto França, porque eu tenho certeza de que essa questão poderá ser saneada sem transtornos.

Concedo um aparte ao Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. Hermínio J. Barreto - V. Ex<sup>a</sup>, no seu discurso, traz um assunto que Mato Grosso inteiro está esperando. Logo na primeira semana, quando tive a honra de tomar posse como Deputado Estadual, eu fiz aqui um discurso solicitando isso ao Governo. Eu fui a uma audiência com o Governador e com o Secretário Maurício Magalhães e disse que era preciso que fosse criada, urgentemente, uma agência para regulamentar o serviço público em Mato Grosso, aquilo que é de interesse público. E, também, com relação à telefonia - apesar de já existir nacionalmente a ANATEL -, em cada Estado tem que existir, urgentemente, uma agência que regulamente aquilo que é público, política pública, aquilo que o povo usa. E na questão da energia elétrica, realmente, há muitas reclamações por parte do consumidor, e o Estado até hoje não enviou esse Projeto para a Assembléia Legislativa.

Eu acho - e aqui não estou criticando, é apenas para chamar a atenção - que V.Ex<sup>a</sup> coloca no seu discurso com muita propriedade que, realmente, essa é uma questão que a Assembléia Legislativa tem que cobrar, e com a máxima urgência. Em outros Estados brasileiros, antes mesmo da privatização das centrais elétricas, os Governos se preocuparam em regulamentar, em fiscalizar o trabalho das companhias elétricas dos Estados deste País.

Eu espero e tenho certeza absoluta de que o Governo urgentemente enviará o Projeto de Lei para a Assembléia Legislativa, para que nós possamos, até como forma de colaboração, apresentar emendas, fazer sugestões, porque a população está cobrando dos Deputados lá na base. Há reclamações nas emissoras de rádio e na imprensa lá do interior - eles cobram ao vivo, nos programas de rádio principalmente, o que a Assembléia está fazendo para que o povo possa ter, urgentemente, respaldo, ter aonde reclamar. E essa agência que regulamenta esse serviço público tem que ser criada com a máxima urgência.

Então, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns por tocar nesse assunto de grande interesse público do nosso Estado!

O SR. RIVA - Agradeço o aparte do Deputado Hermínio J. Barreto.

Vou encerrar, Srs. Deputados, fazendo um apelo aos colegas, porque a respeito desse encontro de Manaus, do Parlamento Amazônico, eu vejo muita gente com preocupação. Há muita crítica porque o Deputado vai sair do seu Estado para ir a outros Estados debater algum assunto de relevante importância, mas, neste momento, nós temos que ter humildade para colocar à sociedade, de um modo geral, que o Deputado Estadual está buscando, Deputado Hermínio J. Barreto, um instrumento que possa servir para a transformação e para a valorização desta região.

Eu conversei muito, ontem, com uma jornalista do Estado de São Paulo, ela me indagava sobre esse movimento, e eu disse a ela que, na verdade, o que acontece é que os parlamentos estaduais se sentem fragilizados e se sentem quase inúteis, Deputado Rene Barbour. Quase inúteis! Os projetos de lei, em sua maioria, de autoria dos Srs. Deputados são inconstitucionais, e de fato o são, mas não é por culpa... E aí eu quero defender, às vezes

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.**

---

chega um Parecer da Comissão de Constituição e Justiça... Mas, infelizmente ou felizmente, eu diria, a Comissão tem que observar as Constituições Federal e Estadual... Os projetos, às vezes, são de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, às vezes do Federal, e quando são de iniciativa do Estado, em 80% dos casos a iniciativa é do Poder Executivo. Todos sabem disso! Esse discurso é velho! O Poder Legislativo Estadual é uma instituição fragilizada, e há necessidade, Deputado Gilney Viana, de se buscar um instrumento eficiente...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre Deputado que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. RIVA - Nós temos que buscar esse instrumento.

Essa reunião em Manaus é importantíssima. Nós vamos debater a Reforma Tributária com o Deputado Federal Germano Rigotto, nós vamos debater a questão indígena e a questão ambiental, nós vamos debater leis que são muito complexas na região, e é preciso haver um consenso da região. Há questões comuns, como o transporte intermodal, que não têm saído do discurso, Deputado Gilney Viana - todo mundo está fazendo hidrovias por aí, mas eu não conheço nenhuma hidrovia ainda, até agora só há discurso.

Então, nós estamos querendo buscar alguma coisa que nos dê prazer de ser Deputado Estadual. Eu, Deputado Gilney Viana, sinceramente, vou terminar o meu mandato e tenho uma frustração. Quando eu vim para a Assembléia Legislativa, como Deputado Estadual, eu achava que poderia ser muito útil; com dois anos, eu já achei que eu não era tão útil; e hoje eu já estou achando que somos inúteis! Então, eu queria exercitar o meu papel de Deputado Estadual e tentar ser útil. Assim, eu coloco aqui...

E se o Deputado não tiver criatividade, se as Assembléias não se reunirem, se as regiões Amazônica e Centro-Oeste não se inserirem neste processo, não trabalharem unidas, nós vamos ser engolidos pelo Nordeste, que já estamos... O IR e o IPI, com a criação dos fundos, dos quais nós temos apenas 0,6%, o Nordeste tem 1,8%; o Sul e o Sudeste, não preciso nem dizer, todos sabem da sua representatividade... Não tem como sermos fortes a não ser que nos unamos!

Então, eu quero conclamar os colegas Deputados a irem a Manaus, cada um vai gastar um pouquinho do seu bolso, mas não é muito. Vamos fazer esse pequeno sacrifício e vamos defender essa causa que eu acho justa.

Agradeço ao Deputado Pedro Satélite e aos colegas Deputados pela compreensão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de passarmos para a Ordem do Dia, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Riva, que no meu entender nós deveríamos não só ir para Manaus, mas, se o Regimento Interno permitir, suspendermos as atividades do Plenário por dez ou quinze dias para irmos a Manaus e a Brasília para, juntos, conseguirmos recursos para infra-estrutura, porque o dinheiro, os recursos estão em Brasília, aqui em Mato Grosso não tem. Então, eu acho que quem fala de um Deputado que sai do Estado para ir atrás de uma causa tão nobre não sabe o que está falando.

Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na presente Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS**  
**08:00 HORAS.**

---

Requerimento de autoria da Deputada Serys Silhessarenko, ao Governador do Estado, solicitando informações relativas aos empréstimos contraídos pelo Estado em instituições bancárias nacionais e internacionais nos últimos dez anos.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 163/99, Mensagem nº 25/99, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso-FUNAMP. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o Artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 8º (LIDO). Em discussão o Artigo 8º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 9º (LIDO). Em discussão o Artigo 9º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 10 (LIDO). Em discussão o Artigo 10. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 95/99, de autoria do Deputado Carlos Brito, que altera o Art. 4º da Lei nº 6.992, de 19.12.98, que dispõe sobre os serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Rene Barbour - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour, para discutir.

O SR. RENE BARBOUR - Desisto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão...

O Sr. Amador Tut - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS**  
**08:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, Deputado Carlos Brito, autor do Projeto, o que nós precisamos é fazer ao menos um adendo aqui neste Projeto de Lei, para que seja movimentado com combustível vegetal. Eu acho que nós temos que lembrar um pouquinho que nós estamos aqui no Centro-Oeste, e está muito difícil a sobrevivência econômica até para o Estado. Então, que façamos uma emenda a esse Projeto de Lei...

O Sr. Carlos Brito - V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. AMADOR TUT - Pois não, Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito - Deputado Amador Tut, sinteticamente, este Projeto trata da adequação de uma lei já existente a respeito da relação intermunicipal do transporte. O que eu incluo nela é a figura do táxi, exatamente no Artigo 4º, que isenta as modalidades de administração intermunicipal. Ou seja, toda a lei trata da gestão, pelo DVOP, do transporte intermunicipal, e o Artigo 4º determina quais os tipos de transporte não estariam sendo atingidos por essa lei. O que eu proponho é a inclusão do serviço de táxi. E eu vou dar um exemplo prático: Cuiabá/Santo Antônio de Leverger, Poconé/Várzea Grande, Várzea Grande/Cuiabá, São Pedro da Cipa/Jaciara... No momento em que o cidadão adentra no táxi, ele tem o direito constitucional de ir e vir onde pretender, desde que ele pague por aquilo e que o prestador de serviço esteja com a concessão pública de fazê-lo. Nós não podemos mais admitir o ridículo de um cidadão adentrar em um táxi e, chegando na ponte, na divisa de um município com outro, ele ser questionado por fiscais sobre a continuidade de seu trajeto ou não, tendo que vir um outro táxi, do outro município, combinar o horário, para ele descer de um veículo e entrar no outro para prosseguir, nós não podemos fazer isso. Então, a lei ao mesmo tempo que propõe esta medida, ela também impede que os táxis façam serviços regulares, que façam serviços de lotação, isso e aquilo - é mais olhando o aspecto do cidadão.

Quanto à questão do combustível, eu já disse a V. Ex<sup>a</sup> que eu sou um dos poucos, talvez, nesta Casa que tem o entendimento de que V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando traz essa questão do combustível verde, não só através da cana-de-açúcar como de outras modalidades, que hoje são possíveis, e acho que esta Casa deveria, sim, dar maior atenção a seu pleito e implementar isso não só na frota oficial de veículos e nos táxis, mas mostrar para a população que é um caminho.

Portanto, este é o fundamento do nosso Projeto.

O SR. AMADOR TUT - Obrigado. Solicito que sejam incluídas em nosso pronunciamento as palavras do nobre Deputado Carlos Brito, autor do Projeto.

Eu quero, mais uma vez, fazer uma solicitação. Nós apresentamos aqui uma reivindicação, através de quatro projetos de lei, para a legalização das áreas metropolitanas, porque não vão ser incluídos, simplesmente, os táxis, o transporte, mas uma série de coisas. Então, nós solicitamos que esta Casa reveja, de fato, a Constituição Estadual.

Nós não podemos mais continuar em Mato Grosso com a dificuldade econômica que nós estamos sofrendo, sem legalizar as áreas metropolitanas dos municípios, principalmente daqueles que têm a mesma margem ribeirinha, que sofrem com as mesmas seqüelas, com os mesmos problemas, que são o transporte, a água, o esgoto, e uma série de fatores que fazem parte um do outro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Convido o nobre Deputado Carlos Brito para assumir a direção dos trabalhos, porque pretendo usar da palavra nas Explicações Pessoais.

(O SR. DEPUTADO CARLOS BRITO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:11 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Deputado Carlos Brito, que ora assume a Presidência deste Poder, nobres Pares, imprensa:

Nós estamos fazendo uso da tribuna nesta manhã, nas Explicações Pessoais, apenas para alertar os nobres Deputados - infelizmente, a grande maioria não está presente neste momento - sobre a nossa preocupação com a questão do transporte de passageiros no Estado de Mato Grosso.

Falo isso, Sr. Presidente, com muita tranqüilidade, porque militei por mais de vinte anos no transporte de passageiros. Hoje estou afastado, não faço parte de nenhum grupo de empresas, nem em Mato Grosso nem no Brasil, então eu posso falar aqui com toda tranqüilidade, como conhecedor da causa.

Preocupa-me o que estou vendo hoje na imprensa sobre o que está acontecendo em Mato Grosso. Eu vejo que é uma falta de respeito com o usuário, primeiramente, e também com o trabalhador na área do transporte de passageiros, tanto intermunicipal como municipal. E começa por aqui, nesta Assembléia Legislativa... Nós somos os responsáveis porque fazemos as leis. E quero aqui parabenizar a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso por ter votado uma Lei, uma das Leis mais importantes, porque foi uma das primeiras a serem votadas no Brasil, que é a Lei que regula o transporte alternativo aqui no Estado de Mato Grosso, Deputado Carlos Brito.

Nós entendemos que o transporte alternativo é justo, e quem vai ganhar com ele é a população. As Leis Federais são feitas no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Agora, o que nós não podemos admitir é que alguns “engraçadinhos”, alguns prefeitos simplesmente queiram deixar de aplicar a Lei, como está acontecendo no transporte intermunicipal entre Cuiabá e Várzea Grande.

Já pensou a bagunça que vai virar isso aqui, se amanhã ou depois cada cidadão puder comprar dois, cinco, dez ônibus e colocar para rodar no local ou de um município a outro, onde bem entender, onde bem quiser? Isso seria o cúmulo, seria o caos, como estava acontecendo - e ainda está acontecendo -, Sr. Presidente, com o transporte alternativo. Já tem dono de Besta que está virando “besta”, está indo para o tiro, para a bala, já estão ocorrendo acidentes... Já tombou uma Besta há poucos dias, morreram oito pessoas! E por que isso ocorre? Porque não tem ninguém que fiscalize, e não pode fiscalizar! É por isso que eu quero aqui fazer uma defesa do DVOP, que tomou a iniciativa de apreender os ônibus irregulares, porque tem que ser discutido aqui, tem que ser votado. Se o transporte está sendo mal feito, se não existem ônibus adequados, que a sociedade se mobilize e cobre dos órgãos competentes a melhoria do transporte.

Quero aqui fazer a defesa dos empresários que fazem o trecho Cuiabá/Várzea Grande, que tem hoje um transporte de alto nível, melhor que na grande maioria das capitais

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.**

---

brasileiras. Os ônibus, em sua maioria, são novos. O que se fez foi realmente uma injustiça, colocando mais ônibus novos onde não existe fluxo de passageiros para tanto, infringindo a Lei, e nada mais justo que apreendê-los. É muito fácil dizer que eles vão atender o povo, mas tem que ter o respeito também ao trabalhador do ramo de transporte de passageiros, que também é povo, gera emprego e está colaborando para o desenvolvimento do nosso Estado. Eu faço aqui um alerta para que nós possamos ficar do lado do que é justo e do que é certo. Primeiro, do lado do povo, sem dúvida, mas não esquecendo que o empresariado também é povo e que também tem direito.

É esse o alerta que eu faço, Srs. Deputados. E eu até sugiro que nós criemos uma comissão para estudar essa questão, para fazermos um trabalho numa comissão suprapartidária e verificarmos, com mais carinho, essa questão, para que não chegue ao cúmulo que está se chegando aqui em Mato Grosso. Um cidadão traz uma empresa lá de fora, como “laranja”, e coloca aqui tentando atrapalhar o transporte que estava sendo bem feito, e ainda se utiliza dos veículos de comunicação para dizer que esta região estava sendo mal atendida. Eu concordo que já deviam ter sido tomadas providências no Município de Várzea Grande, Deputado Amador Tut, há cinco ou seis anos, nas linhas municipais de Várzea Grande. Agora, não no transporte intermunicipal Cuiabá/Várzea Grande, porque lá em Várzea Grande, realmente, há cinco ou seis anos já deveriam ter sido tomadas algumas providências. Então, são essas as minhas considerações, que deixo como alerta aos Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS BRITO) - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro e Everaldo Simões; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shhessarenko; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlos Brito e Pedro Satélite; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), André Bringsken (PSDB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB), Nilson Leitão (PSDB), e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA), Hermínio J. Barreto (PL), e Silval Barbosa (PTB); Humberto Bosaipo (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA), e Romoaldo Júnior (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA).

Deixaram de comparecer a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: Elarmin Miranda, do PMDB; José Carlos Freitas, do PPB; e Wilson Teixeira Dentinho, do Bloco Parlamentar Autonomia. O Deputado Joaquim Sucena, do PTB, encontrava-se em licença médica.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para hoje, às 20:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.  
Conferida por Regina Céli Arruda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1999, ÀS  
08:00 HORAS.

---